

Estudos etnográficos sobre finanças sociais e climáticas: um olhar para dentro e para além do mercado financeiro

Catarina Morawska (UFSCar)¹

Flávia Melo (UFAM)²

Socorro Batalha (UFAM)³

Como parte da resposta aos crescentes índices de desmatamento, aumento de gases de efeito estufa da atmosfera, perda de biodiversidade e efeitos das mudanças climáticas nos mais diversos biomas latinoamericanos, uma agenda de “finanças climáticas” tem ganhado força. Esse movimento é impulsionado por governos nacionais, organismos internacionais e organizações não-governamentais, com a emissão de títulos verdes, como créditos de carbono e títulos soberanos sustentáveis.

Simultaneamente, soluções financeiras têm sido propostas para questões associadas a desigualdades de gênero e ao racismo, a exemplo da inclusão de mulheres no mercado de crédito e o investimento em “negócios de impacto”, que preveem retornos tanto sociais quanto financeiros (Sklair, 2025, 2020; Sklair; Gilbert, 2022). Na mesma direção, aportes direcionados à “justiça climática” e ao enfrentamento do racismo ambiental incentivam e financiam ações de mitigação dos impactos desiguais do desequilíbrio ambiental sob grupos e povos historicamente vulnerabilizados. Essas iniciativas compõem as chamadas “finanças sociais”, que vêm crescendo

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/ USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). Email: morawska-vianna@ufscar.br.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/ USP). Professora nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Sociologia da UFAM. Email: flaviamelo@ufam.edu.br.

³ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM). Email: socorrobatalha19@gmail.com

no Brasil, ainda que timidamente, e alcançaram maior notoriedade durante a COP 30, realizada em Belém (PA), em novembro de 2025.

Pensadas pelo setor financeiro como instrumentos capazes de contribuir para questões ambientais ou de desenvolvimento social, as finanças climáticas e sociais fazem parte de um processo mais amplo e anterior de financeirização que atravessa diferentes domínios da vida (Van der Zwan, 2014; Epstein, 2005; Mawdsley, 2018), expandindo-se à medida que se propõe como solução para as desigualdades e efeitos planetários provocados pelo próprio sistema capitalista. A ideia de financeirização, assim, refere-se à crescente interação entre um modo financeiro de apreender o mundo e outros domínios sociais (Bear et al., 2015).

Em recente trabalho introdutório sobre o tema, Perin e Morawska (2026, p. 17) argumentam que mobilizar a noção de financeirização pode ser “um movimento analítico profícuo, não como fórmula que oferece uma proposição geral e definitiva sobre um fenômeno de dimensões globais, mas como uma estratégia para jogar luz sobre a enorme expansão do setor financeiro nas últimas décadas, fazendo-se presente em mercados dos mais diferentes tipos e disseminando a sua lógica, inclusive, para o setor público”. Em termos de agenda de pesquisa, isso significa prestar atenção para a intensificação da “assetização”, isto é, o esforço em transformar tudo e qualquer coisa em ativos financeiros (*financial assets*) (Birch; Muniesa 2020).

Nas finanças climáticas, isso se vê nos mecanismos de criação de crédito de carbono por meio do cálculo de dióxido de carbono cuja emissão foi evitada, conforme explicam Roberto Rezende e Juliana Vasconcelos Maia em artigo deste dossiê. No campo das finanças sociais, Melo (2020, p. 248) demonstrou como os efeitos desse processo são notados, há décadas, em políticas habitacionais e de transferência condicionada de renda amplamente difundidas na América Latina, a exemplo dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, no Brasil. Nessas políticas, a dinâmica social foi transformada pela racionalidade do mercado de crédito, reconfigurando o

lugar social de indivíduos empobrecidos por meio da inclusão pelo consumo e endividamento. Recentemente, escândalos envolvendo empréstimos consignados para pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social brasileiro revelam desdobramentos perversos da exacerbação dessa racionalidade⁴.

Há uma vasta discussão em economia política sobre a expansão da financeirização em economias emergentes (Grün, 2013; Kaltenbrunner; Paineira, 2018; Alves; Toporowski, 2019). Trabalhos recentes destacam como programas de transferência de renda vêm sendo usados como garantia ao acesso a créditos de instituições financeiras, o que culminou no crescimento do endividamento subscrito por gastos públicos (Lavinias, 2015; Lavinias; Gentil, 2018). A antropologia vem contribuindo com o debate por meio de um crescente número de etnografias sobre endividamento e a relação entre as esferas do mercado e da família (Motta, 2014; Melo, 2020; Kolling, 2020; Zaloom; James, 2023; Fotta, 2018; Müller, 2014, Badue; Ribeiro, 2018; Morawska, no prelo).

Outro foco da antropologia das finanças recai sobre a materialidade de experimentos financeiros como os que vêm ocorrendo associados a políticas sociais e ambientais, pautados por tecnologias da informação e conhecimento legal e técnico, dando forma a modos particulares de relacionalidade (Riles, 2011; Pardo-Guerra, 2019). Tal literatura também aborda os imaginários morais e políticos no desenho de tecnologias financeiras (Miyazaki, 2013) e na sua comunicação institucional (Holmes, 2015). Há, assim, uma dimensão moral que torna o crescente

⁴ A gravidade desses processos é exemplificada por casos recentes que mobilizam órgãos de controle no Brasil. De um lado, a ofensiva da Secretaria Nacional do Consumidor e da Polícia Federal (2024-2025) contra fraudes em empréstimos consignados expõe a face predatória da financeirização da proteção social. Nesses episódios, o vazamento de dados do INSS e o uso enganoso de biometria facial para impor dívidas não autorizadas transformam o direito previdenciário em um ativo para a extração de valor, reatualizando formas violentas de expropriação financeira. De outro, as investigações do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (2023-2026) sobre a solidez de ativos e a qualidade das garantias do Banco Master revelam os limites da regulação diante de estratégias agressivas de “assetização” de riscos.

endividamento um problema individual, o que, segundo o setor financeiro, deve ser resolvido com educação financeira. Aspirações vão moldando noções de pessoas empreendedoras e investidoras, atravessando desejos e imaginações de si.

Em paralelo a esse debate, Neiburg e Guyer (2019) defendem uma teoria etnográfica da economia real atenta a conceitos, práticas, desejos e expectativas em relação a termos oficiais que embasam a implementação de políticas econômicas, como índices, projeções e estatísticas que criam e performatizam a própria ideia de economia (Neiburg, 2007; Onto, 2014). Isso implica conferir atenção especial a como tecnologias de financeirização em torno de políticas sociais não apenas produzem endividamento, como afetam expectativas de futuro (Schwittay, 2011; Sklair; Gilbert, 2022). Implica também focar no convívio entre formas mais antigas de dívida (Graeber, 2011), como é o caso do aviamento e dos consórcios, e as atuais linhas de crédito financeirizadas (Barbará, 2024; Melo, 2024).

Inspirado nesses debates, este dossiê reúne trabalhos que abordam etnograficamente o avanço do setor financeiro em diferentes domínios da vida, e o modo como diferentes povos indígenas, quilombolas, moradores de periferias urbanas e rurais e populações tradicionais vêm lidando com essa expansão. Tal interesse se apresenta a partir de pesquisas sobre créditos de carbono entre povos tradicionais; o uso do setor corporativo de títulos verdes e certificações em nome da sustentabilidade; o sofrimento de vítimas de golpes financeiros e de mulheres beneficiárias de políticas sociais cuja renda familiar está comprometida com dívidas; linhas de crédito para a agricultura familiar condicionadas à compra de sementes transgênicas e agrotóxicos; novas formas de investimento em pequenas centrais hidrelétricas que se multiplicam ao longo de bacias hidrográficas.

Trata-se de um esforço empreendido por uma rede de pesquisadoras que buscam etnografar processos de financeirização e endividamento em diferentes contextos brasileiros. Esta jovem rede

de pesquisas sobre tecnologias de financeirização tem sido tecida pela parceria entre universidades do sudeste, norte e nordeste do país, a saber, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Amazonas Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Norte do Tocantins, e no exterior, Danish Institute for International Studies (DIIS), na Dinamarca, bem como Queen Mary University of London e University of Leeds, ambas no Reino Unido.

A articulação desta rede internacional e interinstitucional fundamenta-se na convergência de três projetos complementares que investigam a capilaridade do setor financeiro em contextos de vulnerabilidade. O projeto liderado por Catarina Morawska (UFSCar/CNPq)⁵ estabelece a base comparativa nacional, analisando como dispositivos de mercado e programas sociais expandem o endividamento nacionalmente. Paralelamente, as investigações coordenadas por Flávia Melo (UFAM/CAPES)⁶ aprofundam a análise na Amazônia urbana, focando em narrativas numéricas, algoritmos e interseccionalidade como formas de governo das periferias. Essa frente se expande com o programa de longo prazo “O Gênero da Dívida”, que propõe uma teoria etnográfica da dívida em perspectiva comparada no contexto amazônico (UFAM/CNPq)⁷.

Ao incitar o diálogo e colaboração em uma rede de antropólogas, reforça-se a importância de uma perspectiva etnográfica e comparada para compreender como processos globais de financeirização incidem singularmente, somando-se assim a perspectivas econômicas e macrosociológicas na análise desses fenômenos. Essa articulação em rede reflete a caracterização geral dos artigos apresentados neste dossiê, marcada por uma forte ancoragem institucional na

⁵ Etnografias da dívida: rede de pesquisas sobre financeirização em perspectiva comparada. CNPq Processo 421087/2023-4.

⁶ Consolidação da pesquisa sobre tecnologias sociais e as populações e periferias da Amazônia Urbana. CAPES Processo 88887.692018/2022-00.

⁷ O Gênero da Dívida: regimes de endividamento na Amazônia contemporânea em perspectiva comparada - CNPq Processo 421000/2025-2.

Região Norte, destacando-se a atuação da UFAM, Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Essa base regional é fortalecida por intercâmbios com centros de excelência, o que consolida uma produção acadêmica diversa, que transita entre dissertações de mestrado, artigos de doutorado e relatórios de projetos de extensão. Geograficamente, a produção foca na Amazônia Legal, abrangendo estados como Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Tocantins, além de explorar contextos transfronteiriços com o Peru e a Colômbia, sem perder de vista análises de âmbito nacional sobre o mercado financeiro e a indústria siderúrgica.

Há sobretudo dois tipos de contribuição no dossiê. A primeira foca no setor financeiro em si, em especial os processos de criação de instrumentos financeiros associados a finanças climáticas e sociais. A segunda desloca a atenção para os efeitos da expansão do setor financeiro sobre mulheres, comunidades rurais e indígenas, que se veem sob o efeito de golpes financeiros e endividamento que marcam o dia a dia de famílias em contextos urbanos e rurais. Um dos aspectos que conecta verticalmente os dois tipos de contribuição é a tensão entre a financeirização e o território, manifestada na incidência de lógicas externas sobre a autonomia e os modos de vida locais. Essa incidência ocorre não apenas pela expropriação da terra, mas pela imposição de dispositivos modernos como a “assetização”, o endividamento familiar e a criação dos “selos verdes”. Ao questionar como o crédito e os certificados de sustentabilidade integram comunidades tradicionais a mercados globais, os artigos aqui reunidos revelam como tais processos frequentemente subtraem a agência local e geram novas vulnerabilidades, desafiando as promessas de desenvolvimento econômico em prol de uma integração muitas vezes predatória.

Como parte do primeiro conjunto de textos, Roberto Sanches Rezende e Juliana Cristina Vasconcelos Maia abrem o dossiê com um panorama geral sobre políticas de pagamentos por serviços ambientais e mercado de créditos de carbono no Brasil, que vêm se consolidando como

mecanismos financeiros que compõem o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), iniciativa global de mitigação das mudanças climáticas. O foco dos autores recai sobre os desafios metodológicos de geração de créditos de carbono e de construção de projetos de REDD+ jurisdicionais, onde países, estados ou municípios estabelecem sistemas de contabilização de redução de emissões em seus territórios. Paralelamente, abordam os desafios para a estruturação do Programa Federal de Pagamentos por Serviços Ambientais, que tem povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais como grupos prioritários para a contratação de serviços de conservação.

Rezende e Maia mostram como experiências locais de REDD+ em territórios tradicionais se deparam com a ausência de regulamentação do mercado de carbono, que sofreu um impacto na sua reputação devido a problemas metodológicos, resultando na geração de créditos que não estão lastreados em reduções efetivas de desmatamento. No caso dos programas jurisdicionais de REDD+, os autores apontam que o desafio é garantir a consulta livre, prévia e informada de povos e comunidades, conforme determina a Convenção 169 da OIT, bem como sua participação efetiva na governança e repartição de benefícios. Para eles, a vantagem dos programas de pagamentos por serviços ambientais em relação ao mercado de crédito de carbono é a de remunerar as práticas de manejo de povos indígenas e comunidades tradicionais, sem a necessidade de estabelecer a negociação de títulos pautados no cálculo da (não) emissão de dióxido de carbono.

Ainda dentro do tema das finanças climáticas, Vanessa Parreira Perin em artigo neste dossiê aborda os títulos verdes associados à agropecuária brasileira, mostrando como um projeto ou atividade agrícola é rotulado como um empreendimento sustentável, e portanto passível de ser negociado a partir de instrumentos de dívidas pautados pelos *Green Bond Principles* (GBPs) da *International Capital Market Association* (ICMA), que desde 2014 se tornou o padrão para estruturar ativos financeiros verdes. Inspirada em Mawdsley (2018), Perin mostra quanto trabalho é

necessário para criar e disponibilizar ativos verdes para especulação, revelando como os diagnósticos sobre as qualidades supostamente sustentáveis destes ativos dependem de avaliações segmentárias de cadeias muito complexas e extensas, dissociando-os das dinâmicas sociopolíticas e territoriais nas quais estão imbricados. Como a autora lembra, os títulos verdes são “empacotados” por meio de artefatos sociotécnicos que produzem constantemente opacidades, seja sobre os territórios em questão, seja sobre as próprias operações financeiras (Morawska, 2026).

Nesse sentido, olhar para títulos verdes no agronegócio brasileiro é interessante porque revela como os poucos títulos emitidos pelo setor se concentram em atividades pontuais, como produção de biocombustíveis, aquisição de biofertilizantes, troca de maquinário e iniciativas em agricultura digital. Isso permite que as empresas agrícolas rotulem apenas parte de suas atividades como sustentáveis por meio de um exercício de enquadramento que oblitera todas as atividades nocivas ao meio ambiente que a cadeia do agronegócio provoca. Esse ponto é levado adiante no argumento tomando como exemplo uma pequena central hidrelétrica (PCH) construída pela empresa Amaggi. Perin mostra como na captação de recursos por meio de títulos verdes, a PCH é enquadrada de tal maneira que os impactos cumulativos de outras tantas PCHs na Bacia do Juruena, no noroeste do Mato Grosso, não são considerados (Perin, 2026).

Não surpreende que o artigo de Ana Cecília Campos *et al* neste dossiê coloque adiante um argumento muito parecido sobre o que os selos verdes obliteram. O artigo parte das tensões entre os Enawenê-Nawê, que buscam visibilizar os impactos cumulativos das PCHs na Bacia do Juruena, e o Grupo Bom Futuro, responsável por cinco PCHs que obtiveram selos verdes da Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT). Os autores mostram como os selos verdes categorizam empreendimentos como limpos, desassociando-os de uma longa cadeia de impactos, o que na Bacia do Juruena inclui a supressão de fauna, alagamento, alteração de fluxos de rios e alteração do ecossistema local. O artigo finaliza com o esforço de confrontar a ideia de

sustentabilidade criada pelo selo verde das PCHs com os modos Enawenê-Nawê de sustentar a biodiversidade do Vale do Juruena.

Uma das questões discutidas no artigo de Ana Cecília Campos *et al* vale ser destacada no debate sobre finanças climáticas. Trata-se da prática de *greenwashing* (Xing et al. 2024), quando empresas que promovem práticas nocivas ao meio ambiente associam-se a mecanismos que as promovem como ambientalmente corretas. Ainda que não tratada pelos dois primeiros artigos do dossiê, a ideia de *greenwashing* tem também marcado os debates em torno do mercado de crédito de carbono e títulos verdes. Isso porque, do ponto de vista corporativo, apropriar-se de novos instrumentos financeiros associados à agenda climática implica ampliar as possibilidades das empresas capitalizarem recursos. A participação em uma economia verde é encarada como mais uma oportunidade de negócios, sem uma mudança efetiva em suas práticas. O que tanto o artigo de Vanessa Perin quanto o de Ana Cecília Campos *et al* mostram é que são justamente os dispositivos sociotécnicos que produzem trilhas de documentos na forma de certificações ou títulos negociáveis que acabam por produzir a obliteração de territórios e populações (Morawska Vianna, 2014).

O tema da obliteração de impactos ambientais em cadeias produtivas também é tratado no texto seguinte do dossiê, de Carolina Suzuki de Matos, que foca na indústria siderúrgica no Brasil. Por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade produzidos pelo Instituto Aço Brasil (IAB) entre 2009 e 2023, a autora revela as escalas e recortes utilizados na construção de indicadores do setor, que acabam por produzir imagens fragmentadas da produção do aço, nublando os impactos sociais e ambientais associados à indústria. Tanto Matos, em sua reflexão sobre a indústria siderúrgica, quanto Perin, em seu artigo sobre títulos verdes associados ao agronegócio, se inspiram na ideia de “economia das aparências” de Anna Tsing para pensar a persuasão operada por indicadores de sustentabilidade. Mais uma vez se compreende como o *greenwashing* se faz a

partir de dispositivos sociotécnicos que criam uma performance dramática, cujos efeitos importam mais do que uma atuação efetiva na mitigação dos impactos de suas atividades.

Assim, é interessante destacar a análise de Matos sobre a transformação dos relatórios do Instituto Aço Brasil ao longo do tempo, que gradativamente reduzem a utilização de indicadores de sustentabilidade da indústria e passam a intensificar a menção à adesão de empresas siderúrgicas a certificações internacionais. Esse é o caso da ISO 14.001, um padrão global utilizado por empresas para seus Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), também tratado extensamente no artigo de Ana Cecília Campos *et al* sobre selos verdes. No caso do artigo de Matos, a ênfase é na maior capacidade de persuasão de tais certificados dentro da economia das aparências, ao reafirmar para investidores, acionistas e outros *players* a imagem sustentável das empresas, o que os indicadores da indústria dificilmente conseguem provar.

O primeiro conjunto de reflexões do dossiê, focado em análises do setor financeiro, é finalizado com o artigo de Gabriel Lino de Almeida e Catarina Morawska, que coloca em pauta a diluição da fronteira entre Estado e mercado, ressaltando o que Roberto Grün (2007) chama de “dominação cultural das finanças” na contemporaneidade, em que a lógica financeira passa a ser considerada a única razoável. Os autores adotam uma perspectiva histórica, ao analisar a bibliografia veiculada pela Revista Brasileira de Mercado de Capitais (Rbmec) entre as décadas de 1970 e 1980 no que se refere a políticas de crédito, dívida pública e concentração bancária. Inspirados por debates em antropologia política das finanças (Ortiz, 2021), Lino e Morawska buscam compreender como agentes do setor financeiro procuravam fomentar o mercado de capitais no Brasil por meio da circulação de diagnósticos macroeconômicos que defendiam a diminuição da presença do Estado na economia. O mercado financeiro, assim, era apresentado nos argumentos técnicos dos artigos da Rbmec como solução para o desenvolvimento nacional, reiterando a crença na retração estatal como necessária para o enfrentamento de problemas econômicos e sociais. Uma

das principais contribuições do artigo é ressaltar que a dominação cultural das finanças no setor público fica evidente não apenas com a crescente participação acionária de empresas privadas em empresas estatais, mas sobretudo com a adoção pela administração pública de métodos de gestão corporativos que justificam como prioridades o crescimento, o lucro e a redução de custos, em detrimento da geração de empregos, implementação de políticas sociais e provimento de serviços públicos de qualidade.

O segundo conjunto de textos do dossiê apresenta reflexões sobre os efeitos da expansão do setor financeiro sobre pessoas e territórios em diversos contextos. O artigo de Marie Kolling, Thaise Sá Santos e Juliana Alcantara aborda os golpes financeiros no Brasil pós-pandemia envolvendo empréstimos e clonagem de cartão, com foco em dois casos de golpes financeiros no interior da Bahia envolvendo cartões de crédito emitidos por um banco digital com sede no Sudeste, mas nunca ativados ou utilizados por seus titulares. A partir de abordagem etnográfica, as autoras descrevem a saga burocrática a que foram submetidas as vítimas, envolvendo uma série de agentes, incluindo o banco, a operadora do cartão, a polícia, a ouvidoria do Estado da Bahia, redes de apoio com outras vítimas, a imprensa e o judiciário. Kolling, Santos e Alcantara argumentam que as assimetrias de poder entre instituições financeiras e vítimas se manifestam no controle do banco sobre as informações prestadas, na morosidade em cumprir decisões judiciais e ressarcir as vítimas, bem como na transferência do prejuízo à vítima nos casos em que a instituição financeira não reconhece a sua própria responsabilidade no golpe.

Um dos aspectos que Kolling, Santos e Alcantara ressaltam é como o aumento exponencial de concessões de crédito fraudulentas e crimes financeiros digitais revela a vulnerabilidade de um mercado de crédito em expansão. Os efeitos são devastadores, como se vê no artigo de Érica Fabricia Melo também neste dossiê. A autora descreve as consequências emocionais e sociais do endividamento entre mulheres indígenas, negras, ribeirinhas e venezuelanas que acessam o Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS) em Manaus. Sua etnografia evidencia como mulheres endividadas enfrentam uma série de problemas de saúde, como ansiedade e depressão, além do aumento das tensões no cotidiano familiar.

Enquanto Erica Melo confere atenção aos efeitos do endividamento no corpo de mulheres em um contexto urbano, Maíra Cavalcanti Vale *et al.* olham para o modo como o crescente endividamento em sete comunidades camponesas ao redor da cidade de Araguaína, no Centro-Norte do Tocantins, está diretamente associado ao contexto mais amplo de conflitos agrários e expansão do agronegócio na região. Neste caso, o efeito da financeirização se vê no próprio território, de ao menos duas maneiras. Primeiro, na financeirização do agronegócio, em que a mercantilização dos comuns se soma à “assetização” da agricultura brasileira, com a crescente presença de instrumentos financeiros ligados a cadeias do agronegócio (Perin, 2025; Perin; Morawska, 2026). Segundo, na necessidade de comunidades camponesas em acessar crédito consignado, garantido pela aposentadoria rural e Bolsa Família, para enfrentar as mudanças em uma paisagem marcada pelo agronegócio. Em outras palavras, a financeirização do agronegócio permite aos grandes fazendeiros ampliar suas atividades, o que acarreta em dificuldades na manutenção das roças, levando os camponeses a um crescente endividamento individual para manter as suas atividades produtivas.

O foco no território também aparece no texto de Eriki Aleixo de Melo, que se inspira em Almeida (2010) para pensar as chamadas “agroestratégias” que desconsideram os modos tradicionais de uso da terra, impondo às comunidades modelos produtivos exógenos. O pesquisador do povo Wapichana mostra o investimento do governo de Roraima na expansão do agronegócio por meio do incentivo à regularização fundiária e a facilitação de crédito. Sua análise foca nas iniciativas de agricultura familiar por parte do Estado de Roraima na comunidade Serra do Truarú (RR) que geram benefícios econômicos imediatos, mas também trazem riscos à autonomia comunitária,

ao fragilizar práticas agrícolas tradicionais e a identidade sociocultural indígena. Melo conclui que o discurso da modernização e da sustentabilidade encobre efeitos adversos sobre a soberania indígena, evidenciando a urgência de políticas públicas que valorizem a autonomia e os projetos de vida dos povos indígenas.

Os dois últimos artigos do dossiê se voltam para a circulação de produtos e pessoas em dois contextos: na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia, no caso do artigo de Marilene Aicate Peres; e em São Gabriel da Cachoeira, no caso do artigo de Caio do Amaral Mader. Peres se debruça sobre o deslocamento de mulheres indígenas Kokama entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e a ilha de Santa Rosa, povoado no distrito de Yavari (Peru), na região do Alto Rio Solimões, mostrando como o dinheiro circula em um movimento contínuo entre a roça, a cidade e as tabernas onde elas comercializam os produtos industrializados adquiridos na cidade. Ainda que seu trabalho não foque em processos de financeirização, sua rica descrição etnográfica faz ver como o lucro da taberna é ora reinvestido na compra de produtos para ampliar e diversificar o estoque, ora utilizado para o pagamento de contas ou dívidas. Ou seja, compreende-se a circulação de dinheiro como aquilo que intensifica uma dinâmica econômica local, mas também entra nos circuitos institucionalizados do sistema financeiro.

Outra contribuição da autora é mostrar como gênero e dinheiro se articulam em um contexto transfronteiriço amazônico, apontando para como as mulheres Kokama consideram a renda dos homens apenas como uma “ajuda”, já que a renda das mulheres é predominante na manutenção da casa. Marilene Peres baseia sua reflexão sobre mulheres indígenas no comércio a partir do seu próprio lugar de fala, enquanto mulher indígena do povo Kokama e moradora da fronteira. É quando o texto adquire o contorno da fala em primeira pessoa que se vê a potência da sua análise, na medida em que permite apontar para as limitações de etnografias que representam mulheres indígenas como figuras subordinadas, atuando dentro dos papéis de cuidar, preservar e ensinar que

lhe são historicamente atribuídos. Para a autora, “é necessário ampliar a análise, incorporando a perspectiva das mulheres indígenas que atuam para além dos espaços domésticos, desempenhando papéis centrais em atividades de comercialização, produção agrícola, alimentação escolar, e na economia de suas comunidades e bairros”.

O texto de Caio Amaral Mader também faz uso da primeira pessoa para apresentar um relato etnográfico de sua atuação como “pesquisador-ajudante” junto a Linda, uma migrante venezuelana comerciante na feira municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste amazônico. Tal relação lhe permitiu aprender sobre disposição dos produtos na mesa, a procedência e precificação das mercadorias e o deslocamento realizados por revendedoras e produtores. A partir disso, o autor busca se engajar sobretudo com três autores - Karl Marx (2023), Stephen Gudeman (2008) e Nancy Munn (1992) - para pensar as interfaces entre valor, tempo e espaço. Mader argumenta que há muito trabalho para construir a ideia de “regionalidade” dos produtos, o que por sua vez afeta o seu valor, não totalmente integrado à esfera do mercado. Ressoando preocupações clássicas em antropologia econômica, o autor defende a importância dos vínculos de confiança e conhecimento para compreender a valoração dos produtos.

Os textos da segunda parte do dossiê, assim, nos provocam a repensar o que pode vir a ser um capitalismo verde, para além do já mencionado *greenwashing* frequentemente associado às finanças climáticas. Olhar para modos de vida enraizados em territórios onde pessoas, dinheiro, coisas, relações circulam para produzir valor é uma tradição já consolidada na antropologia econômica que ajuda a pensar para além das finanças. O presente dossiê é, portanto, um estímulo para que esta área de pesquisa no Brasil articule essas duas preocupações, para dentro e para além das finanças, contribuindo assim para refletir sobre temas atuais que reconhecem a enorme presença do setor financeiro no cotidiano, impactando saúde, educação e bens vitais (Bayliss *et al.*, 2019).

Em uma análise comparativa dos textos que compõem este dossiê, observa-se como o conceito de dívida é multifacetado, operando tanto como um mecanismo de controle econômico quanto como um regulador de relações sociais. Em contextos urbanos e rurais, como em Manaus e no Tocantins, o endividamento surge como uma estratégia de sobrevivência, em que o crédito consignado transmuta direitos sociais em garantias bancárias. Simultaneamente, a dívida é ressignificada como um ativo financeiro no mercado global por meio de títulos verdes, ou manifesta-se como um perigo, como risco iminente em fraudes digitais que corroem o patrimônio familiar. Por outro lado, em contextos como a Feira de São Gabriel e entre as mulheres Kokama, a dívida preserva uma dimensão de vínculo e obrigação, fundamentada em relações de confiança e dependência mútua, demonstrando que o valor em circulação nesses territórios transcende a lógica puramente monetária para sustentar redes de sociabilidade e resistência.

Em termos de categorias classificatórias os textos do dossiê podem ainda ser subdividido em etnografias sobre “tecnologias de invisibilização”, como os selos de sustentabilidade e indicadores de mercado; sobre “financeirização da vida social” que opera pela transformação de direitos e relações em ativos financeiros ou dívidas bancárias; sobre “governança ambiental e capitalismo verde” que mobilizam mecanismos de mercado para “resolver” a crise climática; e também sobre “territorialidades e resistência” expressas em práticas locais que desafiam a lógica de mercado puramente extrativista. Trazer a antropologia e, em termos mais amplos, as ciências humanas para conduzir um debate público e acessível sobre financeirização, endividamento e desigualdade social permite uma visão crítica sobre o mundo das finanças, em geral opaco e ininteligível para a maior parte da população.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; et al. (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina: pp. 101-143, 2010.

ALVES, C.; TOPOROWSKI, J. Growth of international finance and emerging economies: Elements for an alternative approach. **PSL Quarterly Review**, 72(288): 3-26, 2019.

BADUE, A. F.; RIBEIRO F. Gendered redistribution and family debt: the ambiguities of a cash transfer program in Brazil. **Economic Anthropology**, v. 5, n. 2, p. 260-272, 2018.

BARBARÁ, Michel Paes. A financeirização do Aviamento: transformações da dívida no Alto Rio Negro. **Revista Paisagens Econômicas**, 1(2): 07-31, 2024.

BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary. Introduction: material cultures of financialisation. In: BAYLISS, Kate; FINE, Ben; ROBERTSON, Mary (Orgs.). **Material Cultures of Financialisation**. Oxon/New York: Routledge, 2019.

BEAR, L.; HO, K.; TSING, A.; YANAGISAKO, S. Gens: a feminist manifesto for the study of capitalism. **Cultural Anthropology**, 2015. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/652-gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>. Acesso em: 20 dezembro 2025.

BIRCH, K.; MUNIESA, F. Introduction: assetization and technoscientific capitalism. In: Birch, K.; Muniesa, F. **Assetization: turning things into assets in technoscientific capitalism**. Cambridge: The MIT Press, 2020. p. 1-41.

EPSTEIN, G. A. Introduction: financialization and the world economy. In: Epstein, G. A. (org.). **Financialization and the world economy**. Northampton: Edward Elgar, 2005. p. 3-16.

FOTTA, Martin. **From Itinerant Trade to Moneylending in the Era of Financial Inclusion: Households, Debt and Masculinity among Calon Gypsies of Northeast Brazil**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

GRAEBER, David. **Debt: The First 5,000 Years**. New York: Melville House, 2011.

GRÜN, Roberto. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 179-213, 2013.

GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana** 13.2, p. 381-410, 2007.

GUDEMAN, Stephen. **Economy's tension: the dialectics of community and market**. Oxford: Berghahn, 2008.

HOLMES, D. **Economy of Words: Communicative Imperatives in Central Banks**. Chicago & London: University of Chicago Press, 2015.

KALTENBRUNNER, A.; PAINCEIRA, J. P. Subordinated Financial Integration and Financialisation in Emerging Capitalist Economies: The Brazilian Experience. **New Political Economy**, 23 (3): 290-313, 2018.

KOLLING, Marie. 2020. “Debt and Dirty Names: Tracing Cashlessness and urban Marginality in Brazil”. In Atreyee Sen, Johan Lindquist, and Marie Kolling, eds. **Who’s Cashing in?** Contemporary Perspectives on New Monies and Global Cashlessness. New York: Berghahn Books. p. 19-31.

LAVINAS, L. A Financeirização da Política Social: o caso brasileiro. In: LAVINAS, L. **Politika**. Brasília: Fundação Mangabeira Unger and Humboldt-Viadrina Governance Platform, n.2, p. 34-51, 2015.

LAVINAS, L; GENTIL, D. L. BRASIL ANOS 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, ago. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I. trad. Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

MAWDSLEY, E. Development geography II: financialization. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 2, p. 264-274, 2018.

MELO, Lucas C. Minha Vida Todinha foi no Meio dos Panos: Mulheres, Dinheiros e Negócios na Zona da Mata Pernambucana. **Revista Paisagens Econômicas**, 1(1): 09-47, 2024.

MELO, Flávia. **Cadastrar, incluir e proteger**: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MIYAZAKI, H. **Arbitraging Japan**: Dreams of Capitalism at the End of Finance. Berkeley: University of California Press, 2013.

MORAWSKA, Catarina. Environmental histories of financialized landscapes: indebtedness in Brazilian *periferias*. **Feminist Economics**, no prelo.

MORAWSKA, Catarina. A Opacidade de Projetos de Infraestrutura: breves comentários sobre as sociedades de propósito específico. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais**. São Carlos: EDUFSCar, 2026.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 87-115, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000100004>>. Acesso em: 02 de out de 2025.

MOTTA, E. Houses and economy in the favela. **Vibrant**: Virtual Brazilian Anthropology, v. 11, n. 1, p. 118-158, 2014.

MÜLLER, Lúcia. Negotiating debts and gifts: Financialization policies and the economic experiences of low-income social groups in Brazil. **Vibrant**, 11(1): 191-221, 2014.

MUNN, Nancy D. **The fame of Gawa: a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society.** Durham: Duke University Press, 1992.

NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. **Mana**, 13 (1), Abr 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132007000100005>

NEIBURG, Federico; GUYER, Jane. I. **The real economy: Essays in ethnographic theory.** Chicago: Hau Books, 2019.

ONTO, Gustavo. The market as lived experience: on the knowledge of markets in antitrust analysis. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 11 (1), 2014 <https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000100006>

ORTIZ, Horacio. A political anthropology of finance: Studying the distribution of money in the financial industry as a political process. **Anthropological Theory** 21:1, p. 3-27, 2021.

PARDO-GUERRA, J.P. **Automating Finance: Infrastructures, Engineers, and the Making of Electronic Markets.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PERIN, Vanessa. Sustainability for Finance: Situating Green Bonds in the Assetization of Brazilian Agriculture. **Journal of Agrarian Change**, 2025; 0:e70004.

PERIN, Vanessa. Transformações no Financiamento ao Setor Elétrico Brasileiro e o Caso do Projeto Juruena. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais.** São Carlos: EDUFSCar, 2026.

PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina. Introdução: Mercantilização da Água e Financeirização da Energia Elétrica. In: PERIN, Vanessa; MORAWSKA, Catarina (Orgs.). **Do bem comum à financeirização: hidrelétricas, mercado de energia e lutas sociais.** São Carlos: EDUFSCar, 2026.

PITLUCK, A. Z., Mattioli, F.; SOULELES, D. (eds.) Special Issue: Financialization. **Economic Anthropology**, 5(2): 153-285, 2018.

RILES, Annelise. **Collateral Knowledge: legal reasoning in the Global Financial Markets.** Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

SCHWITTAY, A. F. The financial inclusion assemblage: subjects, technics, rationalities. **Critique of Anthropology**, v. 34, n. 4, p. 381-401, 2011.

SKLAIR, J. The win-win discourse of impact investing: Legitimising accumulation for a new generation of Brazilian wealth elites. **Canadian Journal of Development Studies**, 46 (2): 253–271, 2025. <https://doi.org/10.1080/02255189.2023.2251645>

SKLAIR, J. **Investimento de impacto e grantmaking: visões conceituais distintas para o investimento social privado brasileiro.** São Paulo: GIFE, 2020.

SKLAIR, J.; GILBERT, P. Giving as “De-Risking”: Philanthropy, Impact Investment and the Pandemic Response. **Public Anthropologist**, v. 4, n. 1, p. 51-77, 2022.

VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 99-129, 2014.

XING, Chao; ZHANG, Xinyue; ZHANG, Yuming; ZHANG, Luxiu. From green-washing to innovation-washing: environmental information intangibility and corporate green innovation in China. **International Review of Economics & Finance**, v. 93, part B, p. 204-226, 2024. DOI: 10.1016/j.iref.2024.03.077. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1059056024002429>> Acesso em: 20 dezembro 2025.

ZALLOM, C.; JAMES, D. Financialization and the household. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 52, p. 399-415, 2023.